

para a sociedade, para as operadoras e para a sociedade como um todo. As questões sociais de geração de emprego, de geração de renda, com a ideia de desenvolver uma metodologia que permita uma comparação de todos esses aspectos e ressalte as alternativas que são mais interessantes para a sociedade e para as operadoras.

Então, esse trabalho é um trabalho que já vem sendo desenvolvido nos últimos dois anos, dois anos e meio, na universidade. E nós temos identificado que esses aspectos todos, além dos aspectos de recebimento desse material na aposta, são importantes. Uma questão que eu quero ressaltar, que eu acho que é fundamental, é: na nova resolução da ANP, já se fala na questão de identificação de como o Descomissionamento e as alternativas de Descomissionamento estão relacionadas com os objetivos de desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas.

Esse aspecto eu acho que é um aspecto que nós precisamos identificar com bastante cuidado, no sentido de buscar, em cada uma dessas alternativas, qual é o benefício para a sociedade. Então, quando olhamos para as ODS e para a sustentabilidade, nós estamos pensando em buscar o equilíbrio para os diferentes aspectos.

Então, nós não queremos só beneficiar o meio ambiente, não queremos só beneficiar a renda ou a geração de lucro das empresas, mas nós queremos buscar benefício para a sociedade como um todo. E nós entendemos que essas ferramentas multicritério, essas análises que já vêm sendo solicitadas pelos órgãos reguladores são de fundamental importância para fornecer uma resposta importante.

Último aspecto que eu quero levantar é a questão de envolvimento da sociedade. Eu acho que não é a academia, não é a operadora, não é o órgão regulador, sozinhos, que têm que fazer isso. Eu acho que esse aspecto de Descomissionamento, essas questões relacionadas ao Descomissionamento são questões que dizem respeito à sociedade como um todo. E é importante que qualquer metodologia que se faça pressuponha a participação dos *stakeholders*, dos agentes impactados e impactantes nesse processo.

Bom, é isso que eu queria comentar, de forma geral. Eu fico à disposição. E agradeço muito o convite para participar aqui desta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Obrigado, Dr. Marcelo Igor, representando a nossa academia, representando aqui a Coppe.

Tendo em vista que tem que se retirar até meio-dia, vou convidar o Vice-Presidente Executivo do Sinaval, Dr. Sergio Bacci, para fazer uso da palavra.

O SR. SERGIO BACCI - Obrigado, Deputado Luiz Paulo, nome de quem eu quero cumprimentar a todos os presentes. Agradeço o convite. Esse é um tema que eu tenho escutado e falado há um pouco menos que o Carreteiro. O Carreteiro começou em 14, eu comecei a falar desse assunto em 15. Então, nós já estamos há um certo tempo falando nesse assunto.

E o que nós vemos nessa nossa reunião é (FALHA NA TRANSMISSÃO SONORA) extremamente complexo. Não é tão fácil de se resolver. Tanto é que nós temos 17 entidades inscritas e têm as suas opiniões, algumas que convergem e outras que não convergem. Portanto, é um tema bastante discutido.

Para nós começarmos a conversa, eu acho que o último elo do Descomissionamento é o estaleiro. A hora em que se decide desmantelar a plataforma é a hora em que o estaleiro entra nessa história. É uma boa oportunidade para os estaleiros atualmente? É, é uma boa oportunidade, tendo em vista que, com a decisão do Governo de não construir mais nada no Brasil, então, vamos utilizar os nossos estaleiros para, pelo menos, desmantelar.

Agora, há uma série de questões que precisam ser resolvidas. E, aí, eu acho que precisa que alguém pegue o touro a unha. Não tem jeito. Tem muita gente conversando e não tem alguém que pegue esse touro a unha. Nós temos assuntos para discutir: na ANP, no Ibama, na Marinha, no Inea, na Receita Federal, na Secretaria da Fazenda, tem os interesses do (não compreendido), tem os interesses do (não compreendido), tem a academia para palpar, enfim, nós temos "n" entidades que tem um ponto ou outro que precisa ser discutido e resolvido, porque não adianta, se não resolver todos os pontos não irá haver o desmantelamento e o estaleiro brasileiro, não haverá, nenhum estaleiro vai - porque essa história Ah, não precisamos adaptar os estaleiros para fazer o desmantelamento no Brasil, a gente já escutou essa história - Vamos construir estaleiros para construir no Brasil, o que aconteceu? As obras foram parar tudo na China. Agora, não vamos adaptar os estaleiros para desmantelar no Brasil - Aí, o que acontece? Vai desmantelar na Índia, porque é mais barato, e é mais barato mesmo, o custo do Brasil é um custo que inviabiliza a construção e o desmantelamento no Brasil. E esse é um tema que ninguém... Não passa perto de ninguém, ninguém quer discutir esse tema, porque é um tema árido e nem o Governo Federal que é o responsável por isso quer discutir. E aí, nós vamos para (não compreendido) Brasil, tem o coral-sol que foi falado, isso é um problema, como é que resolve? Tem os danos ambientais, se tiver um problema ambiental na Baía de Guanabara, eu já vi dono de estaleiro quase ser preso, porque caiu uma lata de tinta na Baía de Guanabara, você imagina um desmantelamento na Baía de Guanabara, um produto tóxico cai na Baía de Guanabara é cadeia.

Então, precisamos por todos esses atores para dialogar, destinação final o que nós vamos fazer com a destinação final disso tudo? Não é assim: vamos dar a destinação final, precisa ter gente especializada em destinação final e nós não temos hoje em desmantelamento, não temos, não tem. Enfim, eu não quero me alongar, Deputado, e tem problema fiscal também a questão do (não compreendido), não quero me alongar. Eu acho que assim, ou alguém pega esse touro a unha, põe todos os atores sentados em uma mesa e vamos dialogar para buscar solução para o problema ou nós vamos ficar fazendo reuniões e mais reuniões e mais reuniões e meu amigo carreteiro faz uma *webinar* por dia para falar dos comissionamentos e nós não vamos sair do lugar. Vê aí a Petrobrás fez um leilão das plataformas, para onde foi parar as plataformas que acabou de fazer o leilão? Aqui no Brasil não ficou e não vai ficar, porque tem que pegar (não compreendido) para a gente efetivamente desmantelar todos os problemas que nós temos e dar uma solução, porque senão nós vamos ficar nessa de que: ah, o Brasil é o país da oportunidade e essa oportunidade efetivamente nunca chega.

Muito obrigado a todos e acho que eu cumpri os 7 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Bom, eu agradeço ao Dr. Sergio, apesar do seu pessimismo, nós estamos cumprindo aquilo que o nosso dever determina, achamos que esse tema é relevante e que a gente precisa unir esforços para que esse tipo de atividade não seja feita única e exclusivamente no exterior.

Eu queria ouvir agora a representante da ANP Dra. Mariana Rodrigues França, por favor.

A SRA. MARIANA RODRIGUES FRANÇA - Olá, bom-dia a todos, obrigada pelo convite, concordo que já temos muitas *webinars* de Descomissionamento, muitas reuniões, mas como já foi apresentado aqui nós da ANP estamos fazendo o nosso papel juntamente com o Ibama e com a Marinha.

Então, a Resolução 817 de 2020 foi um longo estudo, inclusive, com reuniões e estudos fomentados por parcerias com consultado inglês, com outros reguladores internacionais e para chegar na resolução foram muitos anos e é só um *start*. Após a publicação da

Resolução 817 de 2020 colocou a todas as diretrizes que foram colocadas aqui que foi um estudo conjunto entre Marinha, Ibama e a ANP, a gente ainda tem outros trabalhos serem conduzidos, então, a gente está em reuniões constantes com o Ibama e com a Marinha em relação a todos os programas de Descomissionamento que estão sendo apresentados para análise da agência a gente tem se comunicado constantemente e além disso, a gente tem trabalhado para produzir um procedimento para dar visibilidade, para facilitar esse fluxo de aprovação e também uma matriz de competências, o que caberia nessa análise dos programas de comissionamento para cada órgão regulador tanto para a Marinha quanto para o Ibama e para ANP.

Então, fora a resolução, eu até coloquei aqui no chat com todos os representantes que estão aqui um *link* para o painel dinâmico de Descomissionamento da ANP. Então, pensando em todas as oportunidades, de tudo o que foi falado aqui não só para o Estado do Rio de Janeiro, mas para o Brasil a gente está colocando, dando publicidade a todos os programas de comissionamento que foram apresentados para a agência que já foram analisados, estão em análise ou estão esperando resposta do agente regulado e além disso, a gente também colocou nesse painel dinâmico todas as previsões de investimento, chegando aquela previsão de R\$ 26 bilhões mencionadas pelo Antônio, do IBP, entre 2020 e 2024. Isso tudo está lá, está por bacia, está por instalação, está por ano, todas as previsões ficam ao alcance de todos.

Então, sendo bastante breve a ANP está aqui disponível para discutir com todos os agentes, para ajudar os Estados, e como a gente pode aproveitar essas oportunidades dar maior eficiência não só com pesquisa e desenvolvimento também igual o representante Marcelo, da UFRJ, com os estudos a gente tem tido também reuniões constantes, e a ANP está aberta para discutir e estar fazendo o seu papel com todos os atores envolvidos.

Então, é basicamente isso que eu gostaria de contribuir e deixar o contato e dar visibilidade ao painel dinâmico onde todos podem encontrar as informações que hoje chegam ao conhecimento da ANP.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Obrigado, Dra. Mariana França. Eu queria ouvir agora o Capitão-Tenente David, representando a nossa Marinha.

O SR. JOSÉ DAVID GOMES - Bom-dia a todos, sou o Capitão-Tenente Davi, da Marinha do Brasil, Diretoria de Portos e Costas. Estou representando aqui para Descomissionamento, que é um assunto que eu trabalho, eu estou trabalhando esse ano aí perante a Marinha do Brasil, a Marinha está sempre à disposição dos senhores no que for necessário, como tão bem falado pela ANP, a Marinha, o Ibama e a ANP abraçaram esse assunto de Descomissionamento e há todo tempo a gente está trocando ideias, trabalhamos em conjunto na Resolução 817 de 2020. Agora, estamos tomando esses procedimentos internos, alguns órgãos já estão definindo algumas normas internas seja nos trâmites internos quanto também a divulgação ao público que deseja fazer um Descomissionamento.

Então, a Marinha do Brasil, através da Diretoria de Portos e Costas, está sempre à disposição dos senhores no que for necessário a respeito de ação de Descomissionamento, lembrando que nosso objetivo é segurança da navegação, ordenamento do espaço aquaviário e a salvaguarda da vida humana no mar. Então, é um prazer participar desse evento agora promovido pelos senhores, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Eu que agradeço ao senhor.

Convido agora o representante do Ibama, Dr. Alex Garcia de Almeida.

O SR. ALEX GARCIA DE ALMEIDA - Bom-dia, Deputado, cumprimento a todos aqui pelo Ibama, a autoridade ambiental em âmbito federal, estou falando em nome aqui e representando a Coordenação-Geral de Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Marinhos e Costeiros, que acaba por abarcar o tema atividades de produção de petróleo, Descomissionamento de petróleo, até os estaleiros que sejam licenciados por força da legislação federal.

A temática tem vários aspectos, realmente vários desafios e temas que há anos nos acompanham como problemas da questão ambiental, a questão do coral-sol é uma questão que realmente traz diversas situações e condições, ações judiciais e que criam uma insegurança jurídica grande em relação a forma de abordagem, lembrando que o Ibama não é órgãos regulador, então, acaba tendo limitações em sua atuação. Mas, a cada projeto que entra no Ibama no processo de licenciamento, ele é analisado de forma a verificar o melhor balanço de impactos positivos e negativos e só para trazer aqui um contexto importante ressaltar que os impactos sociais e econômicos também são avaliados nos aspectos ambientais e com certeza a possibilidade de impactos negativos no meio ambiente são considerados, mas também falta impactos positivos gerados por uma eventual falta de infraestrutura, falta do enriquecimento social ou por conta de atividades conta negativamente para o processo como um todo, e isso também impacta o licenciamento ambiental e impacta a decisão do órgão ambiental em relação alternativa de destino. Hoje, a prioridade é pela retirada e recuperação ambiental, mas sempre a diretividade está em relação a avaliação de impactos do projeto que está sendo apresentado.

Então, é esse o contexto, o Ibama está sempre à disposição para o diálogo em relação aos processos e projetos que possam ser apresentados, mas tem temas aí, eu destacaria como já foi destacado do coral-sol e a questão da falta de infraestrutura local que acaba prejudicando eventuais alternativas que sejam feitas com impacto positivo e social principalmente na indústria naval do Rio de Janeiro que é tema do debate.

Então, agradeço o convite e estou à disposição para questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Eu queria convidar o comandante José Augusto de Almeida Filho, representando aqui a Firjan, está presente? Não estando presente, o comandante André Gabriel. Também não está presente.

Então, agora o representante do Dieese, Cloviomar Cararine Pereira.

O SR. CLOVIOMAR CARARINE PEREIRA - Bom-dia a todos e todas, eu gostaria de agradecer o convite e também já saudar a iniciativa do Deputado e das três comissões em organizar esse debate que eu acho que é muito importante a gente estar discutindo e estar pensando e descobrindo novas formas e pensando possibilidades de a gente ajudar na geração de emprego, na geração de renda aqui no Estado do Rio de Janeiro que muito precisa há um bom tempo. Bem, eu falo aqui em nome do Dieese, mas eu também recebi essa demanda a partir do Sindipetro norte fluminense que é o sindicato que representa os trabalhadores dos petroleiros norte fluminense e falo sou também assessor da FUP a Federação Única dos Petroleiros, essas duas entidades o Dieese assessora, o Dieese representa, assessora o movimento sindical no Brasil e em especial eu tenho essa função de assessorar os petroleiros. Eu também falo um pouco por conta de demandas da FUP a partir de algumas reuniões que a gente vem participando e ajudando nos debates do grupo de pesquisa que a UFRJ criou e que é muito interessante para discutir esse tema tão importante na cadeia da produção de petróleo no Brasil e no Rio de Janeiro. Então, é um pouco também da minha experiência por ter participado dessas reuniões e de algumas discussões lá desse grupo de pesquisa.

Bem, a minha fala aqui e até por conta do tempo acho importante ressaltar que eu queria destacar 3 questões, três dimensões que são muito importantes para a gente discutir nessa comissão aqui, e também nas próximas audiências também que virão. A primeira dimensão, que a gente tem que ter claro, assim, quando a gente está falando de Descomissionamento, ou de remoção, ou fechamento de um poço de petróleo a gente está tratando da última fase, é o fim de uma fase da produção de petróleo que o Rio de Janeiro ou que o Brasil teve. Toda produção de petróleo que se inicia nos anos 50, mas, no caso do Rio de Janeiro, nos anos 70, ela chega ao fim nesse momento. Então, esses campos que vão ser fechados, que vão ser completados, eles não vão mais operar e todas as unidades, como já foi falado, vão ser retiradas daquele lugar ou não, para poder ficar ali. Portanto, a primeira dimensão que eu queria chamar a atenção é que a gente está tratando aqui, como se diria, da fase final do processo. Isso tem uma série de implicações para a economia do Rio de Janeiro. Cada momento que a operadora toma a decisão de fechar aquele poço e tirar as suas instalações daquele local, está dizendo que aquele poço não vai mais produzir petróleo, pelo menos nesse médio prazo. Isso significa que não haverá mais arrecadação de impostos, de royalties, ou empregos gerados ali com a produção de petróleo não vai mais existir, uma série de mudanças que vão acontecer, que vão ter impacto aqui direto na economia fluminense.

Então, é o primeiro ponto que temos que chamar a atenção. Esse tema, como foi falado, ele não é uma novidade no mundo, mas, no caso do Brasil, a gente está vivendo um cenário bem interessante. O professor da UFRJ lembrou bem, o Brasil tem o maior composto de unidades no mar do mundo e a gente vai acabar sendo uma espécie de laboratório para esses processos de Descomissionamento que o mundo vai aprender a fazer em unidades profundas no mar. O Brasil ... o mundo não tem essa experiência para a gente ver como foi feito isso, nesse sentido, nem nessa quantidade de unidades, nem em relação à complexidade que a gente tem em relação a essas unidades. Então, esse é um elemento novo e é muito importante a gente debater isso porque ... seja porque é um assunto que tem uma grande utilidade, muito importante, mas também porque, dado o nosso histórico de produção de petróleo e a nossa relação a partir da quebra do monopólio nos anos 90, a gente vem percebendo que as empresas de petróleo, as operadoras, em especial a Petrobras, não se prepararam para essa fase. Essa é uma fase que não se tinha pensado, de certa maneira, lá, quando se começa, quando se tira petróleo. O que a gente identifica, olhando os balanços, é que não há recursos, não há recursos ainda disponibilizados para essa fase. E agora começa esse movimento de... Os campos vão ficando maduros, e precisamos fechar ou não, e, aí, as empresas começam a correr. Então, são pontos importantes, para fechar essa primeira parte, porque isso envolve custo das empresas. Aí, as decisões, em que já não podem ficar exclusivamente na decisão da empresa de fechar ou não aquele poço, e o custo que ela vai ter para tirar ou retirar todos os equipamentos dali. Isso é uma visão muito importante. Não pode ficar só na mão da empresa. Já falaram aqui.

A segunda dimensão da minha fala é lembrar um pouco o que está acontecendo agora, muito rapidamente, sobre a produção de petróleo no Brasil, específica na base de Campos, e as decisões que as decisões que a Petrobras vem adotando, nossa grande produtora de petróleo aqui no Brasil, decisão de redução de investimentos nesses campos, aqui principalmente na bacia de Campos, uma decisão que, dessa redução de investimento, traz uma redução da produção de petróleo.

Então, o Rio de Janeiro já vem sofrendo com esses efeitos da redução de petróleo. Tem uma redução do número de empregos, um processo de venda de ativos de campos. Agora, acabou de anunciar essa semana, mais campos que ela está vendendo para a iniciativa privada. Isso significa que a gente está, de alguma maneira, e é o segundo elemento é esse, a gente está correndo o risco de uma decisão de uma empresa em sair, fechar ou reduzir sua produção, seus investimentos, sua produção no campo, pode estar empurrando, de certa maneira, o Rio de Janeiro e o Brasil a um processo pouco mais acelerado do que deveria ser em relação ao fechamento, à retirada dessas unidades dos campos. Então, a segunda dimensão que a gente tem que ter no horizonte.

Por fim, para ficarmos nos sete minutos, eu queria chamar a atenção para os impactos que traz esse processo, essa fase final do processo de petróleo. Chamar a atenção aqui para os impactos que vão ter, primeiramente, os ambientais. Já foi muito falado aqui. Acho que é o mais chocante em relação a isso. Tem uma série de impactos ambientais quando você vai mexer nisso, ou não mexendo, dessa maneira, com essas unidades, pelo tempo de produção dela. Tem os impactos socioeconômicos do entorno dessas unidades. Então, pescadores, uma série de atividades que são realizadas no entorno dessas unidades que podem ser impactadas. Imagine mais um acidente no Brasil de chegada de petróleo nas nossas praias. Uma série de efeitos que a gente está correndo quando vai fazer esse ponto. O segundo impacto é o impacto em relação à arrecadação. É bom lembrar que o Rio de Janeiro não terá mais - esses poços fechados e a produção parada - não haverá mais royalties desses campos, ou seja, o Rio de Janeiro terá uma arrecadação, médio e curto prazo maior, por conta dessas produções, do uso da... O fim, esse resultado final dessas unidades, mas isso não significa que é um imposto igual ao imposto ou aos recursos que chegam dos royalties. Haverá uma queda de arrecadação para o Estado.

Por fim, o impacto em relação aos trabalhadores, que acho que é um dos pontos mais importantes. Aqui foi citado um exemplo de países que a decisão tomada pelas empresas de retirar as plataformas, os navios ou os equipamentos daquele poço de petróleo. Leva em direção à praia e as pessoas tiram com marreta, sem nenhum EPI. Tem que se chamar a atenção para esse tipo de trabalho que será gerado. É muito arriscado. É um trabalho muito difícil e muito arriscado. Não precisa... Requer todo um processo de formação desses trabalhadores. Pouco tem se falado sobre isso. O Rio de Janeiro precisa ter técnicos, profissionais formados para trabalhar com esse tipo de serviço que vem. Além disso, uma redução drástica, quando a gente tira, aqui, um trabalhador na operação do petróleo, que tem uma qualidade de trabalho, uma qualidade salarial muito maior do que os trabalhadores, infelizmente, do que os trabalhadores que estão destinados a essa fase de sucateamento, de retirada dos produtos.

Eu queria ficar com essas três dimensões, Deputado, para um pouco trazer o debate que os trabalhadores ou que os sindicatos do petróleo tentam fazer em relação a esse tema.

Muito obrigado aqui pela paciência de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Muito obrigado, economista Cloviomar, registrando aqui a chegada do Presidente da Comissão de Economia, Deputado Renan Ferreirinha, que, junto com o Deputado Thiago Pampolha, do Meio Ambiente, e a minha pessoa, organizam o presente debate.

Eu só queria alertar ao nosso economista que, quando a gente começou a ler sobre o tema e propusemos ao Deputado Renan Ferreirinha e ao Deputado Thiago Pampolha essa audiência pública, exatamente se respaldou nessas vertentes que o senhor colocou, porque, impacto ambiental vai existir, descomissionando ou largando para lá, que é o pior dos mundos, vide a nossa Baía de Guanabara, com as pequenas embarcações abandonadas, aquele cemitério de ferro velho que hoje, inclusive, funcionam em alguns como habitação. Essa é a primeira questão.

Os impactos socioeconômicos são claros e evidentes, mas nas duas situações: do Descomissionamento ou não. Os aspectos da arrecadação que nós queremos, pela Sefaz, são apenas mitigadores, que a grande receita era o royalty e participação especial. A grande questão nossa é exatamente trabalhar para que esses poços, principalmente da bacia de Campos, troquem os equipamentos para que haja uma melhor performance na retirada do óleo. É evidente, também, que a geração de emprego, de alguma forma, vai ser impac-